



Gasto com cuidador de idosos pode ser dedutível

Projeto prevê abatimento no Imposto de Renda similar ao que existe atualmente para despesas com médicos, dentistas, fisioterapeutas e outros profissionais de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais analisa proposta que pode levar alívio aos orçamentos das pessoas idosas portadoras de incapacidade e de suas famílias. O autor do projeto, senador Waldemir

Moka, é médico e lembra que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros gera também mais necessidade de cuidado profissional domiciliar — preferível, segundo ele, à internação em hospitais. **2**



MURILLO BORCAU/Prefeitura de Jundiá

Aula prática de cuidador de idosos em abrigo de Jundiá (SP): atendimento profissional pesa no orçamento das famílias

Prática de falso sequestro pode ter pena aumentada **3**

Selo em carro novo deve alertar sobre poluentes **4**



Ana Amélia pede solução para pensionistas **2**



O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO FEDERAL





Envelhecimento traz incapacidade física ou mental aos idosos em graus variados, lembra Waldemir Moka, que é médico

Texto prevê dedução no IR de gasto com cuidador de idosos

Ao contrário das despesas com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, atualmente não há abatimento no Imposto de Renda desse gasto, que cresce devido ao aumento da expectativa de vida

OS GASTOS COM cuidadores domiciliares de idosos podem se tornar dedutíveis do Imposto de Renda. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 57/2014, de Waldemir Moka (PMDB-MS). A proposta aguarda emendas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na justificativa do projeto, Moka — que é médico — cita o aumento da expectativa de vida, ressaltando que o envelhecimento da população traz outros efeitos, sendo comum indivíduos com idade mais avançada apresentarem incapacidade física ou mental, em graus diversos.

O senador lembra que as pessoas incapacitadas e suas

famílias comumente necessitam do auxílio de profissionais qualificados, de forma que a presença dos chamados cuidadores de idosos nos lares tem sido cada vez mais frequente. O autor afirma que a atenção domiciliar tem claras vantagens em relação à internação hospitalar, além de proporcionar convívio familiar mais intenso.

Moka acrescenta que os gastos efetuados com cuidadores são elevados e desequilibram o orçamento familiar. No entanto, lembra ele, ao contrário das despesas com médicos, dentistas, fisioterapeutas e outros profissionais da saúde, os gastos efetuados com



Objetivo da proposta é dar alívio ao orçamento das famílias, diz senador

cuidadores ainda não são dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda, conforme a legislação atual. Na visão do senador, a medida certamente trará grande alívio aos orçamentos das pessoas idosas portadoras de incapacidade e de suas famílias.

Proposta obriga devolução de senhas ao consumidor

Projeto que determina a restituição ao consumidor das senhas ou documentos comprobatórios do horário de chegada a estabelecimento do fornecedor do produto ou serviço está pronto para ser votado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O PLS 545/2013, de Vicentinho Alves (SDD-TO), tem parecer favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC), e altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990)

para classificar como abusiva a retenção de senha comprobatória do horário de chegada do consumidor ao estabelecimento do fornecedor ou local de atendimento.

A proposta determina que as senhas sejam restituídas ao consumidor com a anotação do horário e a identificação da pessoa que o atendeu.

Para o autor, a retenção da senha inviabiliza a prova do mau atendimento. O relator tem a mesma opinião e considera que o projeto pretende dar ao consumidor maior

atenção e respeito durante o atendimento.

Se aprovado pela CMA e não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.



Vicentinho Alves: retenção da senha impede prova do mau atendimento

Ana Amélia cobra soluções para aposentados e pensionistas

O caso de um senhor de 84 anos que recorreu a uma “autocirurgia” após esperar meses na fila do SUS foi citado pela senadora Ana Amélia (PP-RS) como exemplo emblemático do descaso do setor público em relação aos aposentados e pensionistas do país. Em pronunciamento ontem, a parlamentar cobrou soluções para a demora no atendimento médico na rede pública e pediu uma solução definitiva para o caso do Aerus, fundo de pensão dos aposentados e pensionistas da Varig e da Transbrasil.

A angústia dos pacientes do SUS, disse Ana Amélia, é a mesma sentida por muitos aposentados, inclusive por aqueles que contribuíram para o falido fundo de pensão Aerus. Os aposentados e pensionistas aguardam julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário 571.969 sobre a indenização à Varig, pela União, por danos sofridos pela empresa em consequência do congelamento de tarifas vigente entre 1985 e 1992.

— São mais de 7 anos e 11 meses sem respostas. Não há, até o momento, por parte do setor público ou das instâncias judiciais superiores, novos desdobramentos



Ana Amélia classifica situação do fundo Aerus como tragédia social

sobre essa verdadeira tragédia social — disse a parlamentar.

INSS

Apesar de reconhecer que o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, tem se empenhado em modernizar a gestão do INSS, Ana Amélia disse que recebe diariamente reclamações de aposentados e pensionistas sobre problemas no pagamento de benefícios. A senadora avalia que o Projeto de Lei do Senado (PLS) 76/2011, de autoria dela, é um caminho para melhorar a situação. A proposta, que está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), busca isentar do Imposto de Renda os rendimentos de aposentadoria e pensão pagos pela Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar 60 anos.

— Pode ser pouco, mas esse pouco, na mão de um aposentado, faz diferença — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



QUINTA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Hoje a sessão é não deliberativa, sem votação de projetos. O primeiro orador inscrito é o senador Paulo Paim.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Golpe do falso sequestro se tornou comum no país apesar de ser praticado por internos de presídios. Proposta aumenta em um terço a pena para o crime de extorsão praticado nessas circunstâncias

Extorsão praticada por preso deverá ter pena agravada

O GOLPE DO falso sequestro, no qual presidiários munidos de celular extorquem dinheiro das vítimas após convencê-las de que sequestraram um parente, pode passar a ser punido com maior rigor. A pena básica atual para o crime de extorsão, de quatro a dez anos de reclusão, poderá ser aumentada de um terço até a metade do tempo se seguir o modelo de operação em que o autor da chamada é um presidiário, agindo a partir da unidade onde esteja cumprindo pena.

A punição específica consta do PLS 63/2014, de Ruben Figueiró (PSDB-MS), que começa a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ainda sem relator, a proposta também prevê pena ampliada para quem participar do delito ou cooperar com o autor ao se prestar a receber em conta bancária os valores provenien-

tes, mesmo quando se tratar de pessoa de “boa-fé, sobre a qual o autor tenha controle, direta ou indiretamente”.

O senador argumenta que o golpe do falso sequestro disseminou-se pelo país nos últimos anos. A seu ver, o fato simboliza a inépcia do Estado brasileiro para fiscalizar e coibir “crimes e ilegalidades flagrantes praticadas no interior dos presídios”.

Modo de operação

O parlamentar lembra que o funcionamento do golpe consiste em ligações feitas aleatoriamente para telefones de vítimas, geralmente obtidos por meio de listas telefônicas, agendas de telefones celulares roubados ou ainda de números anotados de cheques também roubados.

“Com ameaças de morte, e aproveitando-se do nervosismo de suas vítimas, os golpis-



Figueiró aponta inépcia do Estado em coibir crimes nos presídios

tas acabam convencendo-as de que realmente sequestraram alguém de sua família”, afirma o senador.

O passo seguinte — explica — é solicitar um valor, a título de resgate, a ser transferido para uma conta corrente, cujo titular é o próprio preso ou outra pessoa qualquer. Para isso, acrescenta o autor, o bandido procura manter contato com a vítima por todo o tempo, até o recebimento do valor da extorsão, para que ela não entre em contato com o familiar citado na ligação.

Diante desse quadro, ele julga apropriado o aumento de pena para aqueles que praticarem o crime de extorsão por meio de ligação do interior de presídios, assim como para os coautores ou aqueles que permitam que os valores provenientes do crime sejam depositados em conta bancária própria ou de terceiros.



Lei atual prevê que autor do crime de extorsão fique recluso de quatro a dez anos

Alvaro Dias lamenta descaso do governo federal com a segurança pública

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o que chamou de descaso do governo federal com a situação da segurança pública.

O senador lamentou o corte de uma emenda de R\$ 130 milhões da bancada paranaense no Congresso para reforçar o aparelhamento da polícia na região de fronteira do estado do Paraná, que classificou de “temeridade” — pois as drogas costumam vir de fora —, demonstrando a falta de visão estratégica do governo.

— Esse valor iria melhorar a segurança na tríplice fronteira — disse, ressaltando que os recursos alcançariam também as Forças Armadas.

Alvaro lembrou que o Conselho Internacional de Controle de Narcóticos, ligado à ONU, acaba de divulgar que o consumo de cocaína no Brasil mais que dobrou nos últimos dez anos e já é quatro vezes superior à média mundial. Em 2005, de acordo com a pesquisa, 0,7% da população entre 12 e 65 anos consumia a droga. Em 2011, a taxa chegou a 1,75%.

O senador também relatou que este-

ve em Londrina (PR), na última sexta-feira, conversando com representantes dos bombeiros, da polícia militar, da polícia civil e da Polícia Federal sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia para o desempenho das funções. Os policiais, informou o senador, pedem recomposição salarial e mais estrutura para a realização do trabalho. Alvaro citou pesquisa que aponta que mais de 250 agentes deixam a Polícia Federal, anualmente, em busca de melhores salários e mais de 85% do quadro se sente infeliz no trabalho.

— As nossas homenagens àqueles que, de forma direta ou indireta, combatem o crime e a corrupção — disse.



Alvaro Dias: corte de emenda parlamentar para reequipar polícias “é uma temeridade”

Requião cobra da Mesa votação de pedidos de informações sobre dívidas da Rede Globo

Roberto Requião (PMDB-PR) acusou a Mesa do Senado de procrastinar o exame de dois requerimentos (RQS 1.278/2013 e RQS 1.279/2013), apresentados por ele em novembro passado, com o objetivo de obter informações relacionadas às dívidas das Organizações Globo e também aos empréstimos concedidos pelo BNDES a empresas ligadas ao mesmo grupo empresarial.

Segundo Requião, a Mesa examinou os requerimentos no começo de fevereiro e decidiu que os que diziam respeito às empresas do Sistema Globo deveriam seguir para votação no Plenário do Senado. No entanto, afirma o senador, uma semana depois, houve uma mudança e os pedidos de informação foram remetidos para avaliação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— A leitura que qualquer jejuno faz do fato é que a Mesa se acovardou e se curvou diante da Rede Globo. Mudou a decisão para procrastinar. Terá sido uma generosidade voluntária? Ou terá a Globo pedido e ordenado?

— questionou o senador em pronunciamento ontem no Plenário.

Na presidência da sessão plenária, Alvaro Dias (PSDB-PR) esclareceu que o relator dos requerimentos, João Vicente Claudino (PTB-PI), pediu a análise da CCJ porque julgou necessário esclarecer se os pedidos respeitam a legislação quanto à proteção dos sigilos fiscal e financeiro.

No discurso, Requião relatou que apresentou um terceiro requerimento (RQS 1.301/2013), a respeito da participação do capital estrangeiro no Banco do Brasil. O pedido de informações foi encaminhado no dia 17 de fevereiro ao ministro da Fazenda, Guido Mantega.



Senador quer detalhes sobre empréstimos concedidos pelo BNDES às Organizações Globo

Sistema penitenciário poderá receber recursos fundo a fundo

A situação do sistema penitenciário brasileiro, em que a população carcerária cresceu 78% nos últimos dez anos, enquanto o crescimento populacional foi de 30%, levou Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a apresentar projeto que facilita a transferência de dinheiro para os presídios.

Com o PLS 68/2014, ele quer permitir a transferência direta do Fundo Penitenciário Nacional para os fundos dos estados e do Distrito Federal, mediante a instauração do sistema denominado repasse fundo a fundo, o qual vem sendo aplicado com sucesso nas áreas de saúde e assistência social.

O parlamentar explica que o projeto adapta à realidade um sistema que exige um meio célere de utilização de recursos. Ele lembra que a insegurança vem fazendo a opinião pública clamar por leis mais severas.

“Claramente percebe-se que há um constante aumento no número de presos, o que faz com que o sistema, já deficitário em termos de vagas, fique à beira do colapso, uma vez que a taxa de criação de vagas não acompanha o aumento de prisões”, diz o parlamentar.

Na justificativa do projeto, ele lembra que a Lei Complementar 79/1994 instituiu, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), com a finalidade de propor-

cionar recursos e meios para financiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro.

Transcorridos quase 19 anos da criação do fundo, Ferraço afirma que esse repasse de recursos continua sendo feito por convênio e tem-se mostrado inadequado, prejudicando ainda mais os sistemas penitenciários estaduais, que ficam a depender da aprovação de projetos cuja elaboração exige estudos prévios demorados.

De acordo com as mudanças propostas por Ferraço à Lei 79/1994, os recursos do Funpen serão repassados diretamente aos fundos dos estados e do DF desde que atendidas algumas exigências. Para receberem os repasses diretos, essas unidades da Federação deverão contar com fundo penitenciário local, órgão específico para gerir o fundo, previsão orçamentária de recursos para o sistema penitenciário e apresentação de relatórios anuais de gestão, além de outras exigências.



Ferraço explica que sistema penitenciário precisa de agilidade

Eficiência energética e consumo também devem ser informados, segundo projeto que está na Mesa do Senado para recebimento de emendas. Texto se baseia em proposta da Câmara que foi ampliada

Carros novos poderão ter selo de emissão de poluentes

UMA ETIQUETA QUE informe o nível de emissão de gases poluentes poderá ser obrigatória em carros novos nacionais e importados. A medida é prevista em projeto de lei (PLS 52/2014) apresentado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A etiqueta, que será baseada em critérios definidos por norma do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), deverá informar ainda a eficiência energética e o consumo.

A decisão de apresentar a proposta surgiu durante a análise de projeto de lei da Câmara (PLC 73/2013) que institui o Selo Pró-Ar e a certificação dos níveis de emissão de poluentes por veículos automotores. Seria semelhante ao selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), exigido para equipamentos elétricos domésticos.

Na CMA, o relator, Anibal Diniz (PT-AC), observou que o PLC trata apenas da emis-

são de poluentes. Para ele, a eficiência energética e o menor consumo dos veículos automotores são parâmetros que se vinculam à redução de emissões de poluentes.

Por isso, o relator propôs — e a comissão aceitou — a rejeição do texto e a apresentação de outra proposta mais abrangente. O novo projeto está na Mesa do Senado, em fase de recebimento de emendas. Em seguida, será distribuído às comissões.



Indústria automobilística seguirá normas semelhantes à de eletrodomésticos, se aprovado o projeto relatado por Anibal



Pedro França/Agência Senado

Projeto estimula geração de eletricidade em aterros

Os municípios com mais de 200 mil habitantes devem preferir prestadores de serviços de limpeza urbana que gerem eletricidade a partir dos aterros sanitários. É o que estabelece o PLS 494/2009, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), que inclui a exigência na legislação sobre licitações e os aterros sanitários como fontes de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Crivella salienta a preocupação crescente com os aterros sanitários insalubres, ao mesmo tempo em que os gases produzidos pela decomposição do lixo consti-

tuem “vasto recurso econômico, gerando desenvolvimento sustentável”.

O projeto recebeu, em 2010, voto favorável de Jayme Campos (DEM-MT) na CMA e, em conjunto com os PLSs 718/2007 e 169/2008 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), votos contrários dos relatores, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Paulo Paim (PT-RS). Nenhum desses relatórios chegou a ser votado.

De volta à CMA em 2012, a matéria teve voto favorável de Ivo Cassol (PP-RO), mas foi redistribuída a Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para novo relatório. Na análise, o

senador reconhece os méritos da proposta, mas salienta que vários itens da norma já são previstos na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Depois de votada pela CMA, a matéria seguirá para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).



Encarregado de novo relatório na CMA, Aloysio vê méritos na proposta

Pedro França/Agência Senado

Comissão analisa isenção fiscal para reciclados

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) apresentou projeto (PLS 53/2014) para isentar da Cofins e do PIS-Pasep a venda de artigos cujo processo de produção aproveite pelo menos 70% de resíduos sólidos. A senadora argumenta que a reciclagem é a melhor opção para gerenciar esse tipo de resíduo. No entanto, argumenta, a carga tributária é um entrave para que o setor se desenvolva da forma mais eficiente.

Maria do Carmo afirma ainda que a ideia é “preencher a lacuna” da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), que não

incentiva o reaproveitamento dos resíduos. “É imprescindível a imediata redução dos tributos a fim de que seja fomentada a indústria de recicláveis, que gera empregos e renda, além de reduzir a grande quantidade de lixo não aproveitado, evitando maiores danos ambientais”, justifica.

De acordo com estudo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em 2010 o Brasil produziu 60,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Desse total, 6,5 milhões de toneladas foram jogadas em rios,

córregos e terrenos baldios, e 22,9 milhões de toneladas foram deixadas em lixões e aterros controlados, que não fazem tratamento adequado dos resíduos. O texto aguarda análise pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).



Maria do Carmo quer incentivo para produtos que usem 70% de resíduos

Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Paim cobra prioridade para melhorar o transporte público

O fim dos congestionamentos nas grandes cidades brasileiras só será possível se o país priorizar investimentos em transporte público, na opinião de Paulo Paim (PT-RS). Em discurso ontem, o parlamentar disse ser consenso entre os especialistas que a redução do uso individual de veículos nas cidades só ocorrerá quando a população puder contar com um transporte coletivo de qualidade.

Paim lembrou que 80% da população brasileira vive em centros urbanos e enfrenta todos os dias várias horas no trânsito. Grande parte, disse, sofre com um transporte público ineficiente e com tarifas altas, mas cada vez mais brasileiros optam por usar os veículos particulares nesses deslocamentos diários, gerando congestionamentos cada vez maiores.

— Jamais vamos convencer o cidadão a deixar seu carro estacionado na garagem quando for ao trabalho, para ir de ônibus ou de metrô, se a opção for viajar espremido dentro de uma “lata de sardinha”, esperando tempo excessivo no embarque. E ainda pagar tarifas caras — disse o senador.



Paim prevê mudanças culturais com a oferta de bom transporte público

Pedro França/Agência Senado

O parlamentar acredita que, com um transporte público de qualidade e de baixo custo, haverá uma mudança cultural em favor do uso de ônibus e metrô nos dias de trabalho, ficando os veículos particulares para os deslocamentos das famílias nos fins de semana.

Paim também apelou aos colegas pela aprovação de projeto que reduz encargos das dívidas dos estados (PLC 99/2013). Conforme informou, a matéria deve ser votada no dia 12 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no dia 27 em Plenário.

O senador também se disse confiante na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de aposentados e pensionistas do Aerus. A primeira sessão de julgamento do caso será na quarta-feira.

Raupp pede rapidez no socorro em enchente do Rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção, ontem, para a situação vivida pela população de Rondônia com o agravamento da enchente do Rio Madeira. Ele pediu rapidez na liberação de recursos para socorro às vítimas da tragédia. Milhares de famílias estão desabrigadas. Raupp disse que tem havido boa vontade do governo federal e das Forças Armadas no auxílio ao estado, mas salientou que o aumento do número de desabrigados e a dificuldade de transporte exigem decisões rápidas.

— É bem verdade que o dinheiro ainda é pouco. Liberaram até agora só R\$ 500 mil para o socorro e há R\$ 15 milhões sendo analisados já há mais de uma semana.

Segundo o senador, que prevê o agravamento de epidemias e o aumento da demanda por habitação, também é necessário planejar a reconstrução do estado depois da enchente.

— Peço que as autoridades possam ser um pouco mais rápidas para diminuir o sofrimento das pessoas. O Brasil já passou por isso: Santa Catarina, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, vários



O nível das águas em Rondônia continua subindo, segundo Raupp

Pedro França/Agência Senado

estados com catástrofes — assinalou.

Mencionando a interrupção no tráfego da rodovia BR-425, Valdir Raupp advertiu que o Acre começou a ser desabastecido e declarou apoio à iniciativa do governo de Rondônia de abrir um desvio rodoviário de 11 quilômetros que, segundo o senador, permitirá o acesso a várias comunidades isoladas. Ele lamentou, porém, que a Justiça Federal tenha interrompido a execução da obra.

— Sexta-feira eu passei de barco em cima de uma ponte que tem sobre ela mais de dois metros de água. E as águas continuam subindo — disse o senador.

Segundo Raupp, antontem o nível das águas estava 18,77 metros acima do normal e ontem estava 18,83 metros.